

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS-----

----- **ATA NÚMERO ONZE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois reuniu, nas instalações do Grupo Sportivo Adicense, sitas na Rua de São Pedro, número vinte, primeiro andar, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária em exercício, Zulmira Guterres dos Santos, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Lourenço Paour Miguel Costa, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, José Fernando de Almeida Louro, Ana Sara Pessoa Sequeira e Isabel Fernanda Moura e Sá Costa.-----

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Jorge Manuel Madrugo Garcia. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro e Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Catarina Bendito de Medeiros. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Filomena Dias Moreira Lobo, que justificou a sua ausência e foi substituída por José Louro; -----

----- Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, que justificou a sua ausência e foi substituída por Isabel Sá Costa; -----

----- Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ana Sequeira. -----

----- Às dezoito horas e cinco minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Pesar** -----

“-----*Pelo falecimento do Professor Adriano José Alves Moreira* -----

----- *Faleceu o Professor Adriano Moreira, figura maior da política e cultura portuguesas, um Democrata Cristão convicto, uma referência para além do seu tempo. Um Homem de valores, de convicções, de Fé, de inquietações, tolerante e respeitador.*

----- *Nasceu a 6 de setembro de 1922, em Grijó, Macedo de Cavaleiros. Com as naturais dificuldades da época e do meio em que nasceu, conseguiu mudar-se para Lisboa, onde se graduou em Direito. Uma importante conquista de um homem que nunca esqueceu o grande esforço dos seus pais para dar estudos superiores aos filhos.*

----- *Em Lisboa iniciou as suas intensas atividades profissional, política e académica. Em Lisboa ensinou e fez Escola e discípulos, que se espalham pelo resto do País e do Mundo. Foi na Universidade Técnica de Lisboa - mais tarde fundida com a Universidade de Lisboa, - que exerceu muito do seu inovador magistério. Autonomizou, entre nós, o ensino da Ciência Política e das Relações Internacionais. Na capital fundou, ainda que com a ajuda de outros vultos importantes da cultura e da ciência portuguesas, instituições que ainda hoje perduram: a Academia Internacional da*

Cultura Portuguesa, o Instituto Dom João de Castro, o Instituto Português da Conjuntura Estratégica, entre outras. -----

----- Está profundamente ligado à dinamização de outras instituições culturais e científicas de renome, sediadas em Lisboa, e que em muito têm contribuído para a diversidade e elevação da oferta cultural, científica e académica da capital portuguesa, com destaque, por exemplo, para a Academia das Ciências de Lisboa. -----

----- Pensou Portugal como poucos, cá dentro e além-fronteiras, deu provas da sua sabedoria e Visão, teve uma vida intensa e, como ele próprio fez questão de sublinhar, muito feliz. -----

----- Foi um Pensador. Académico. Político. Intelectual. Defensor dos Direitos Humanos. Doutrinador. Professor. Um Lisboeta - sem nunca deixar de ser transmontano. -----

----- Partiu, mas deixa-nos um legado superlativo, tal qual ele próprio o foi nas múltiplas dimensões da sua Vida. -----

----- Pelo exposto, o CDS-PP propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em sessão no dia 28 de dezembro de 2022, delibere: -----

----- 1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Adriano Moreira; -----

----- 2. Enviar o presente voto à família e à direção do CDS-PP. -----

----- Lisboa, 28 de dezembro de 2022 -----

----- O eleito do CDS na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior -----”

----- Continuando, disse que embora soubesse que tinham uma agenda muito preenchida iria pedir que se pudesse colocar à consideração da Assembleia fazer um minuto de silêncio em memória do António Mega Ferreira, nascido na Freguesia de São Cristovão e São Lourenço, na atual Freguesia de Santa Maria Maior. Um amante de Lisboa e a sua atividade era por demais conhecida. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que aceitava. Verificava que o Senhor Presidente da Junta esteve a nível individual e institucional no velório do Mega Ferreira. Se todos concordassem procediam de imediato a um minuto de silêncio também pelo Adriano Moreira. -----

*----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo falecimento do Professor Adriano José Alves Moreira”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS e CDS-PP), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (PCP) -----*

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

Voto de Saudação -----

“-----100 Anos de José Saramago-----

----- Assinalaram-se no passado dia 16 de Novembro 100 anos sobre o nascimento de José Saramago. Nascido a 16 de novembro de 1922, José Saramago é uma figura ímpar na cultura portuguesa. Escritor tardio com obra de dimensão universal, jornalista empenhado, tradutor, ator interventivo na cena cultural portuguesa, comunista convicto, o único Nobel da Literatura português marcou de forma indelével o nosso século XX. -----

----- Veio de longe, criança, e viveu em ruas antigas de Lisboa, na pobreza e na resistência diária. Estudou e, numa casa sem livros, foi à procura desse desencadear de saberes e de consciência, de capacidades conquistadas a par e passo, na biblioteca Galveias, nos livros que encontrava ou lhe davam, depois na escola Gil Vicente e nessa escola de profissões, a Afonso Domingues, onde ainda ensinavam filosofia e outras matérias humanizantes e impulsionadoras. -----

----- Saramago, dono de uma escrita e de uma obra onde está presente o seu penetrante olhar sensível e profundamente humano sobre a vida dos homens e sobre os «males do mundo», mas também a ação e intervenção política concreta de um homem que tomou partido na luta pela liberdade, pela democracia, contra as desigualdades sociais, por um mundo melhor e diferente.-----

----- Saramago foi um escritor que veio do povo trabalhador, a quem amou e foi fiel. Um homem comprometido com os explorados, injustiçados e humilhados da terra, que assumiu valores éticos e um ideal político do qual não abdicou até ao fim da sua vida.

----- Para além do apoio e incentivos a jovens escritores, José Saramago dava especial atenção a iniciativas culturais, nomeadamente em coletividades e outras associações, incentivando a criação de bibliotecas populares, como aconteceu, por exemplo, na Academia Verdi, em Lisboa.-----

----- O legado de José Saramago constitui um precioso manancial de ensinamentos para os dias de hoje que continua norteados pelos seus valores de liberdade, democracia, emancipação social, desenvolvimento e pelo porvir de uma sociedade nova de justiça e progresso social, por um mundo melhor.-----

----- A par de uma intensa atividade de criação literária, Saramago travou importantes combates políticos e eleitorais, tendo sido eleito Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, pela Coligação «Por Lisboa».-----

----- Pelo percurso de vida e pelo legado artístico que José Saramago nos deixa, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida na sessão de 28 de dezembro 2022, delibere:-----

----- 1. Saudar o centenário do nascimento de José Saramago, enquanto nome maior da literatura portuguesa.-----

----- 2. Enviar este voto à Direção da Fundação José Saramago.-----

----- Os eleitos da CDU – Maria Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “100 Anos de José Saramago”**, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)-----

----- O 25 de novembro foi instituído pela Organização para as Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres.-----

----- Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar a sociedade portuguesa. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) mais recente, em 2021 a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal (26 520 queixas), representando 28,9% de todos os crimes contra pessoas praticados em Portugal. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (74,90%), enquanto a maioria dos denunciados são homens (81%).-----

----- A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o IASI 2021. O crime de violação aumentou 26% (+ 82 casos), em relação ao ano transato. 98,1% dos arguidos são homens e 94,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, 95,6% dos arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a 83,1% de raparigas e 16,9% de rapazes.-----

4
CM/2022
[Assinatura]

----- Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. O Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 327 pessoas trans assassinadas este ano, 95% das quais do género feminino, 36% das trans assassinadas na Europa eram imigrantes. -----

----- Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou entre 1 de janeiro e 15 de novembro de 2022: 28 mulheres assassinadas, tendo 22 sido vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 6 assassinios, 3 em contexto familiar, uma em contexto de crime, uma em contexto de uma discussão pontual e uma em contexto omissivo. -----

----- Em 55% dos casos existia violência prévia contra a vítima e em 7 já havia sido apresentada queixa às autoridades. Em 5 casos as vítimas já tinham sido ameaçadas de morte pelos homicidas e, em todos os casos, a violência de que eram vítimas era do conhecimento de terceiros. O relatório recorda o nome de cada uma das vítimas: Alda Guterres, Cássia Ciriaco, Celestina Ferreira, Cláudia Serra, Cleidisaete Silva, Denise Rosa, Elsa Luz, Lucília Brandão, Madalena Macieirinha, Maria da Conceição Sousa, Maria Luísa, Maria Otilia Borges, Marta Carvalho Santos, Olga Pires, Sandra Cristina Rocha, Sara Barros, Silvana Moraes, Sílvia Mendes, Sónia Marisa Barros, Susana Paula Amaral Sousa, Vânia Coelho e mulher não identificada, de 73 anos. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior reunida a 28 de dezembro de 2022, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera: -----

----- 1. Saudar as iniciativas do dia 25 de novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, movimentos e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência e lutam pela erradicação da violência na sociedade portuguesa e em todo o mundo. -----

----- Lisboa, 27 de dezembro de 2022 -----”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o Voto de Saudação “Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)”, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 9 votos a favor (PS, CDS-PP e BE) e 2 abstenções (CDU) -----

----- Voto de Saudação -----

“-----às mobilizações pela Justiça Climática-----

----- Na semana em que se realizou a 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27), os e as ativistas voltaram às ruas para exigir mais justiça climática e alertando que não existe Justiça Climática sem Direitos Humanos e sem respeito escrupuloso dos direitos dos trabalhadores. -----

----- Em vários pontos do mundo inúmeras pessoas juntaram as suas vozes aos que reivindicavam o fim do império do lucro privado, hoje ainda baseado em boa parte nos combustíveis fósseis, e uma ação global que invista fortemente em energias renováveis numa sociedade governada pelo interesse colectivo dos trabalhadores e das populações e no respeito pela natureza. -----

----- Houve um aumento de 25% dos lobistas de multinacionais ligadas à produção de combustíveis fósseis, face ao ano anterior. Este aumento exponencial, que se traduz em 636 empresas que representam as maiores empresas poluidoras, contrastam com a



falta de vontade efetiva dos Governos em alcançar as metas definidas para neutralidade climática até 2050.-----

----- Em Lisboa, as e os jovens pelo clima uniram-se contra o fracasso climático e também reivindicaram medidas que garantam o fim dos combustíveis fósseis. -----

----- A luta pela justiça climática é uma luta que convoca todas as pessoas a agir, é urgente acabar com o sistema baseado na procura do lucro privado à custa da saúde e da vida humana e da natureza e incapaz de parar com as emissões de gases poluentes que provocam o efeito de estufa. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior reunida a 28 de dezembro de 2022, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera: -----

----- 1. Saudar todas as pessoas que lutam pela Justiça Climática; -----

----- 2. Expressar a nossa solidariedade com os jovens e as jovens estudantes que estiveram envolvidas nas ações pela Justiça Climática. -----

----- Lisboa, 27 de dezembro de 2022 -----”

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** anunciou que apresentaria posteriormente uma declaração de voto por escrito. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “às mobilizações pela Justiça Climática”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS e BE), 1 voto contra (CDS-PP) e 2 abstenções (CDU) -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- Pela Memória do 25 de Novembro de 1975 -----

----- “O Estado Novo ficará para a história marcado como um regime político autoritário que ocupou praticamente metade do século XX em Portugal. Esse regime acabou a 25 de Abril de 1974. -----

----- Comemorou-se recentemente o 47º aniversário do 25 de Novembro de 1975, movimento que determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, consolidando o processo democrático iniciado pelo 25 de Abril. -----

----- Cabe-nos hoje homenagear uma vez mais esses “Homens bons” civis e militares, que não deixaram de agir para que hoje possamos viver em Liberdade e Democracia, num país pacífico, multicultural, aberto, tolerante e integrado num Mundo do século XXI. Viragem decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. -----

----- Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos fundadores da Democracia, PS, PSD e CDS, e a resistência indómita de muitas figuras de relevo e diferentes quadrantes políticos. -----

----- O 25 de Abril derrubou uma ditadura, o 25 de Novembro impediu que fosse imposta sobre os portugueses outra ditadura. São duas datas que todos devemos celebrar, afirmando a Democracia e a Liberdade. -----

----- Nesse sentido vem o eleito do CD propor que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior na sua Sessão Ordinária, de 28 de novembro, delibere: -----

----- 1. Saudar o 25 de Novembro de 1975, dia que confirmou Portugal na senda da Democracia, da Liberdade e Solidariedade; -----

----- 2. Manifestar o seu agradecimento a todos os que escolheram a Democracia e a Liberdade ousando contrariar tentações totalitárias; -----

----- 3. Homenagera na sessão de 28 de Dezembro, com a aprovação do presente voto, o General, e primeiro Presidente da República democraticamente eleito, António

Lj
20/12/2020
[Assinatura]

Ramalho Eanes, em representação de todos os responsáveis políticos e militares do 25 de Novembro de 1975; -----

----- 4. Enviar o presente Voto de Saudação à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa, à Associação de Comandos e ao Regimento de Comandos da Amadora. -----

----- Lisboa, 28 de Dezembro de 2022. -----

----- O eleito do CDS na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior. ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Pela Memória do 25 de Novembro de 1975”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS e CDS-PP), 2 votos contra (PCP e BE) e 1 abstenção (PEV) -----

----- Moção -----

“-----Pela restituição de um serviço de limpeza e higiene urbana inteiramente municipal -----

----- A cidade de Lisboa vive hoje uma situação caótica ao nível da recolha de lixo e limpeza das ruas, que põe em causa a qualidade de vida e do meio ambiente urbano de quem vive em Lisboa, nela trabalha ou a visita. -----

----- Embora esta situação se tenha intensificado nos últimos meses, tem-se mostrado cíclica e deve a sua génese à reorganização administrativa da cidade de Lisboa levada a cabo em 2012 e que implicou a passagem de competências para as Juntas de Freguesia, fruto do entendimento da maioria do PS na CML e AML com o PSD, e à qual o PCP sempre se opôs. -----

----- A CML foi neste sentido esvaziada de competências, às quais se associaram meios humanos, materiais e patrimoniais. Dos cerca de 1800 trabalhadores transferidos em 2014 para as juntas de freguesia, no campo particular das competências delegadas na área de atividade da limpeza e higiene urbana para 23 freguesias (à exceção do Parque das Nações), saíram 812 trabalhadores nas categorias de cantoneiro e encarregados operacionais. Mesmo com as contratações ocorridas entre 2014 e 2022, a CML continua com um défice de 331 trabalhadores nesta área de atividade. Na profissão de cantoneiro o défice será aproximadamente de 271 trabalhadores. A esta transferência, não se seguiu uma política de contratação de pessoal que assegurasse adequadamente as exigências diárias dos serviços de limpeza e higiene urbana da câmara municipal, nomeadamente no campo da remoção de resíduos sólidos e das respetivas equipas de apoio. Deu-se a rutura na capacidade dos serviços de recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) que funcionavam em boa medida assentes no trabalho de funcionários que realizavam também a varredura e a lavagem das ruas. Desde então, perdeu-se escala e capacidade para dar uma resposta célere e integrada, representando um profundo retrocesso na resposta aos interesses da população e dos trabalhadores. -----

----- As consequências são hoje agravadas em períodos de maior produção de resíduos sólidos, resultado de um investimento claramente insuficiente em termos da frota da higiene urbana, deficiências ao nível da organização dos circuitos de recolha e na formação dos trabalhadores. -----

----- Constata-se igualmente uma desvalorização pelas condições de trabalho nas várias instalações municipais, que não respeitam em muitos casos as disposições legais em termos de saúde, higiene e segurança. A ausência de manutenção do edificado e dos vários espaços de utilização diária – balneários, vestiários, zona de toma de refeições, sanitários, etc. – demonstra igualmente o esquecimento a que foi votado o serviço de limpeza e higiene urbana, naturalmente prejudicando os respetivos trabalhadores. -----

----- O desinvestimento neste serviço nas múltiplas dimensões referidas, é acompanhado de um aumento da sobrecarga horária e penosidade exigidas dos trabalhadores, em total desconsideração pelas normas em vigor no campo da saúde e segurança no trabalho. Esta contradição reflete-se no risco de serem alvo de acidentes de trabalho, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, facto facilmente comprovável pelos relatórios do departamento de saúde, higiene e segurança da autarquia. -----

----- O que o serviço municipal de remoção de resíduos sólidos carece urgentemente, é de mais trabalhadores em todas as categorias, mais viaturas adequadas às especificidades da cidade; mais trabalhadores nas oficinas que reparam e mantêm a frota municipal operacional; mais formação profissional; mais investimento na melhoria das condições de trabalho; mais sensibilidade na definição e redefinição dos circuitos de remoção. -----

----- O Executivo Camarário ignora os problemas causados pelo subfinanciamento crónico, escudando-se na ideia de proximidade aos cidadãos bem como nas possíveis poupanças na gestão dos serviços, mas cujas verdadeiras intenções são a privatização de serviços, redução do número de trabalhadores, aumento da precariedade dos vínculos laborais, que em si, comprometem a execução de um serviço público de qualidade. -----

----- Não se pode aceitar que a resolução dos problemas hoje existentes com a recolha de lixo passe pela precarização dos vínculos dos trabalhadores da higiene urbana nas Juntas de Freguesia, ou por empresas privadas onde também se verifica a precarização dos vínculos dos trabalhadores deste sector, soluções almejadas por PS, PSD, e CDS, que optam assim por medidas avulsas como se a resolução deste problema fosse possível com medidas paliativas ou tivesse que ser feita pondo em causa os direitos dos trabalhadores, e que introduziriam maior imprevisibilidade na prestação do serviço. Urge revogar o modelo de gestão preconizado pela Reforma Administrativa, que se mostra incapaz de responder às necessidades da população. Esta revogação deverá ser o ponto de partida para a contratação, pela CML, de mais trabalhadores e que esta área seja considerada estruturante para que a CML reassuma as suas responsabilidades voltando a prestar um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores. -----

----- Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior na sua sessão ordinária de 28 de dezembro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Reassuma todas as valências da higiene e limpeza urbana, assegurando a sua gestão integrada na cidade de Lisboa, com todas as suas responsabilidades, prestando um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e assegurando estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores; -----

----- 2. Proceda à contratação de mais trabalhadores e à aquisição de novos equipamentos, adequados para uma efetiva e eficaz recolha dos resíduos sólidos, limpeza e lavagem das ruas, em condições de segurança para os trabalhadores; -----

----- Os eleitos da CDU – Maria Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Moção “Pela restituição de um serviço de limpeza e higiene urbana inteiramente municipal”, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 8 votos contra (PS e CDS-PP), e 3 votos a favor (PCP e BE) -----

----- Membro Hugo Duarte (PEV) apresentou o seguinte documento: -----

----- Moção -----

“----- Pelo reforço da carreira de autocarros 728-----
----- Com percurso entre Portela e Restelo, a carreira de autocarros 728 passa em Santa Maria Maior, ligando a freguesia às zonas oriental e ocidental de Lisboa. -----
----- Desde há vários anos que esta carreira funciona de modo deficiente, com horários de circulação que não são cumpridos e tempo de espera demasiado longos. -----
----- Os utentes são obrigados a aguardar 30, 45 e até 60 minutos nas paragens, chegando frequentemente atrasados aos seus destinos ou aos pontos de ligação ao comboio e ao barco, existentes ao longo do percurso (estações de comboios do Cais do Sodré, Santa Apolónia, Oriente e estação fluvial Sul e Sueste). -----
----- Apesar das reiteradas queixas por parte dos utentes junto da Carris, as falhas de serviço continuam e a situação não apresenta quaisquer melhorias. -----
----- Num momento em que se pretende sensibilizar a população para a utilização dos transportes públicos, não se compreende que a carreira 728 continue a funcionar tão mal e de forma tão lesiva para os seus utentes, muitos dos quais residem ou trabalham em Santa Maria Maior, ou necessitam de atravessar esta Freguesia no seu trajecto. ---
----- Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, na sua sessão de 28 de Dezembro de 2022, delibere exigir à Carris que: -----
----- Garanta a melhoria imediata do funcionamento da Carreira 728, -----
----- Promova o efectivo cumprimento dos horários indicados, -----
----- Reforce o número de motorsitas e de viaturas a realizar este percurso. -----
----- Mais solicitamos que sejam enviadas cópias desta Moção para a Administração da Carris e para os serviços competentes da Câmara Municipal de Lisboa. -----
----- Os eleitos da CDU – Lurdes Pinheiro (PCP) e Hugo Duarte (PEV)-----”
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Pelo reforço da carreira de autocarros 728”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. ----

----- Moção -----

“----- Dia Internacional das Pessoas com Deficiência-----
----- Todos os anos, assinala-se a 3 de dezembro, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1992, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência é um dia de mobilização social e política para a garantia da efetividade dos direitos das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade e para o tanto que há que fazer para derrubar barreiras físicas, legais e culturais para que assim possa ser. -----
----- Este ano o lema é – “Soluções transformadoras para o desenvolvimento inclusivo: o papel da inovação na promoção de um mundo acessível e equitativo”. -----
----- É preciso criar condições para que todas as pessoas tenham um acesso equitativo aos cuidados de saúde, à educação, ao emprego, ao bem-estar, às condições de vida e proteção social e entre outros. -----
----- O relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal - indicadores de direitos humanos 2021” conclui que “a taxa de risco de pobreza ou exclusão social em agregados de pessoas com deficiência (16-64 anos) era ainda 11,7 p.p. superior ao dos agregados da população em geral na mesma faixa etária (28,5% vs. 16,8%)”. Os dados apresentados neste relatório revelam que os agregados de mulheres com deficiência (26,8%) e os agregados de pessoas com deficiência grave (31,5%) são os grupos que enfrentam maior risco de pobreza ou exclusão social. -----
----- Segundo os dados do estudo “Deficiência e Covid-19 em Portugal” promovido pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos em 2020, as pessoas com deficiência indicaram que “os apoios e serviços foram retomados apenas parcialmente ou continuam suspensos: Centros de Atividades Ocupacionais (46,2%), fisioterapia



(56,7%), terapia da fala (46,8%), terapia ocupacional (62,3%), consultas médicas (52,8%) e cuidados de enfermagem (45,3%).” -----

----- No que diz respeito, à educação existe um aumento do abandono escolar - “ taxa de abandono escolar precoce nos alunos e alunas com deficiência com idades entre os 18 e os 24 anos em Portugal era de 21,9%, muito superior à média dos alunos sem deficiência em Portugal (+9,5 p.p; 12,4%)” e no concurso de acesso ao ensino superior em 2021 foram colocadas apenas 364 pessoas através das vagas do contingente especial para estudantes com deficiência, preenchendo menos de um terço das vagas disponíveis. -----

----- As pessoas inquiridas apontaram também um agravamento do seu estado de saúde desde do início da pandemia - “51% dos e das inquiridas com deficiência referiram que, desde o início da pandemia, se têm sentido mais tristes ou deprimidos/as do que habitualmente; 58,4% responderam sentir-se mais ansiosos/as do que habitualmente, e 39,3% reportaram maiores dificuldades em dormir”. -----

----- Esta data é um dia de conscientização sobre a deficiência e dos direitos que ainda estão por se afirmar para as pessoas com deficiência. As barreiras e dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam devem ser erradicadas através das políticas públicas que visam o reconhecimento e a prática de direitos diferenciados para estas pessoas. -----

----- A vida independente e a autodeterminação são as principais reivindicações das pessoas com deficiência. Os ativistas, nacionais e internacionais, alertam para a necessidade de uma radical alteração das condições sociais, ambientais, económicas e políticas que sustentam as práticas discriminatórias de que as pessoas com deficiência são alvo. -----

----- Uma sociedade progressista, equitativa e emancipadora valoriza igualmente todos os cidadãos e cidadãs, procurando a inclusão de pessoas com deficiência em todas as áreas da vida. -----

----- Muito temos a fazer, a nível municipal, é preciso continuar a adotar medidas que eliminem os obstáculos que subsistem e reiterar os compromissos para que este dia seja assinalado de forma digna e adequada como forma de reconhecimento de todas as pessoas. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior reunida a 28 de dezembro de 2022, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera: -----

----- 1. Saudar a celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência; -----

----- 2. Saudar as organizações de Pessoas com Deficiência que lutam pela criação de políticas para a deficiência e pelo seu cumprimento com base nos direitos humanos; --

----- 3. Realizar um levantamento de barreiras arquitetónicas na freguesia e produzir um relatório que as elenque, bem como criar um Plano de Ação para a Promoção da Acessibilidade a ser apresentado em 2023. -----

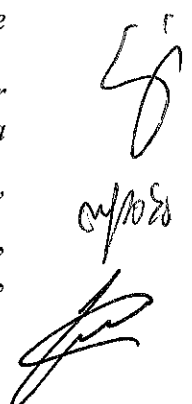
----- A eleita pelo Bloco de Esquerda, Catarina Medeiros -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Dia Internacional das Pessoas com Deficiência”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. -----

----- **Ponto 1 – Período para intervenção e esclarecimento ao público:** -----

----- **Freguês Júlio Soares** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite a todos. Eu vinha aqui falar em nome da ADPEV, que é a Associação da Defesa do Património de São Vicente, que apesar de estar filiada em São Vicente



temos aqui um problema comum, que é o plano de drenagem e as árvores que vão ser abatidas aqui ao pé da esquadra de Santa Apolónia. -----
----- Eu também já me dirigi à Junta de São Vicente, a Senhora Presidente lá de cima diz que isto não é com ela e que o território pertence aqui a Santa Maria Maior. -----
----- A Câmara Municipal de Lisboa quer abater árvores saudáveis para fazer obras de drenagem, mas esta praça tem espaço suficiente para que seja evitado um abate que é muito questionável pela população. -----
----- Num caso como este estamos não só perante uma problemática e escandalosa falta de sensibilidade ecológica dos decisores públicos da Câmara Municipal. Com esta decisão desrespeita de forma grave a Lei nº 59/2021 da gestão do arvoredo urbano. ---
----- Não se compreende que um Executivo autárquico negligencie e mate árvores de grande porte nas ruas da nossa cidade, ruas que são de todos nós e não só dos Executivos que são sempre passageiros em democracia. -----
----- Quem tomar esta decisão na CML torna-se diretamente responsável por prejudicar a qualidade de vida dos cidadãos, que assim são obrigados a viver num lugar pior, mais feio e mais insalubre. Mais insalubre porque assim se geram nefastas consequências ambientais e climáticas, quando estas já são cada vez mais desastrosas, violentas e prejudiciais à nossa saúde humana. -----
----- Temos visto o que tem acontecido nos últimos dias e nas últimas semanas na cidade. Afinal não nos devemos esquecer que é precisa uma árvore de grande porte para fornecer oxigénio a duas pessoas e em Lisboa o número de árvores é insuficiente para o número de habitantes. Conclui-se assim que árvores adultas não devem ser mortas, nem são substituíveis por outras árvores pequenas, as quais geram durante muitos anos poucos benefícios, para além de que podem nem sobreviver e nunca chegar a adultas. -----
----- Porém, infelizmente parece haver na CML quem continue a ter uma ultrapassada ideia de que o progresso implica a destruição da natureza e a necessidade de matar árvores sem procurar soluções alternativas que se mantenham apesar das intervenções urbanísticas necessárias. -----
----- Recorde-se que hoje em dia considera-se o arvoredo urbano como algo que valoriza a fisionomia das cidades, constituindo um património público tão importante como o património histórico. Tal como há edifícios e monumentos classificados também há árvores classificadas pelo seu acrescido interesse público, embora todas as árvores sejam fundamentais à manutenção da nossa vida. -----
----- Como a própria ciência tem comprovado as árvores são imprescindíveis não só para a natureza como para a vida humana, sobretudo nas grandes cidades, onde as árvores de grande porte são mais raras e especialmente essenciais em vários aspetos, oxigenam, capturam carbono e purificam o ar, dão sombra no calor crescente, geram biodiversidade, impedem a erosão dos solos e fazem a drenagem das águas e insistimos neste ponto, evitando cheias das chuvas, as quais se tornaram menos comuns e mais fortes quando caem. -----
----- No fundo as árvores melhoram a qualidade da água dos solos e do ar, sendo fundamentais para regular humidade e temperatura, sobretudo no verão e nos cada vez mais longos períodos de seca do nosso País, para além da beleza e tranquilidade que nos dão, até porque sem elas não ouviríamos os pássaros a cantar na cidade. -----
----- Assim sendo e precisando as árvores de décadas para atingir um grande porte, se não houver comprovadamente nenhum risco sério de queda não devem ser abatidas. Sublinhe-se que para um abate é legalmente exigido um relatório fitossanitário rigoroso e credível, que ateste o real risco para a população, tendo o mesmo que ser tornado público. -----

Handwritten signature and initials in the right margin, consisting of a large stylized 'S' and 'C' followed by 'MPS' and another signature.

----- Em relação às árvores ali em baixo não está nada publicado, como sabem, é só irem lá ver, continua tudo igual. -----

----- Como tal, qualquer obra ou intervenção no espaço público, sobretudo da parte das entidades municipais ou estatais, deve ter em conta que o arvoredo urbano está protegido pela Lei Nacional e por regulamento municipal. Um abate sem aviso prévio, afixado data e hora como é aqui o caso, carece de legalidade. De qualquer modo, quando existe uma real vontade de preservar a natureza consegue-se sempre soluções, como acontece noutras capitais europeias como Londres, Berlim ou Paris, onde as árvores são quase intocáveis e são sempre mantidas em caso de intervenções urbanísticas por se procurarem soluções alternativas aos abates. Neste caso as árvores não estão a ser contempladas. -----

----- Constate-se pois que a questão não é só legal, como é civilizacional. Não é ético nem moral matar num presente de crise ecológica árvores de grande porte que são de todos nós e que inclusivamente devem servir o futuro das gerações futuras. A questão aqui é também de responsabilidade geral e solidariedade intergeracional. -----

----- Por isso, em nome dos milhares de habitantes da zona de Lisboa e em nome das associações de defesa do património, APPA- Associação do Património e População de Alfama, Fórum Cidadania Lisboa, Movimento Salvar Jardim da Parada, Amigos da Tapada das Necessidades, Plataforma em Defesa das Árvores, Associação SOS Quinta dos Inglesinhos, Associação Alvorada da Floresta, SOS Costa da Guia, SOS Parque Natural Sintra-Cascais, Grupo Ecológico de Cascais, Grupo Climaxim, venho pedir para que se evitem estes abates indevidos e se tenha em conta a necessidade premente da população ter árvores e qualidade de vida. -----

----- É urgente que se encontrem formas, meios e espaços na via pública mais adequados a um bom resultado final da obra em curso, afinal árvores adultas não são substituíveis e têm que ser protegidas por todos nós no presente e no futuro. -----

----- Agora o que eu venho aqui pedir ao Executivo da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior é perguntar qual a posição da Junta referente ao abate destas árvores, porque isto está por dias e a qualquer altura aquelas árvores podem ser abatidas. -----

----- Peço que o projeto do plano de drenagem seja apresentado à população, porque até hoje ninguém sabe a 100% como é que vai ser feito este projeto, quais os impedimentos que vai ter na população. Não sabemos nada e venho pedir que o plano de drenagem seja apresentado à população e à associação que represento e tentarmos arranjar aqui soluções para evitar o abate destas árvores. -----

----- Vou salientar que apesar de dizer naquele folheto que andaram a pôr nas caixas do correio, a dizer que vão transplantar algumas árvores, não é possível transplantar árvores adultas e muito menos centenárias, como é o caso daquelas. Ou seja, estão a enganar as pessoas, a dizer que vão transplantar a maioria das árvores quando não é verdade. -----

----- Quero que sejam discutidas com a população, que são as pessoas que moram aqui e há-de haver também pessoas que trabalham aqui e que vão ser afetadas. Que sejam arrançadas soluções para amenizar o impacto que esta obra vai causar à população local durante a sua execução e que a população seja envolvida e consultada antes de aprovarem estas decisões. -----

----- Eu não sei se o Executivo desta Junta tem conhecimento que o prédio junto à capela, ali naquela rua que é a continuação da Rua do Paraíso, que fica ali por trás da esquadra e que foi expropriado para ser possível a execução do projeto e passar o túnel de drenagem por baixo. -----

----- Alguém sabe porquê? Também gostava de saber porquê. Não existia outra opção? O Executivo tem mais conhecimento se vão ser expropriados mais prédios? -----

Li
21/10/20


----- Também gostava de saber se nos vão apoiar nesta causa, se sim como e quando, porque isto é uma questão de dias, porque as árvores a qualquer instante poderão ser abatidas e mais prédios expropriados.-----

----- Eram estas perguntas só que eu queria fazer e pedir que isto fosse o mais depressa possível esclarecido, arranjar uma forma de esclarecer. Eu também já levei este assunto à Junta de Freguesia de São Vicente, porque também vão ser afetados. A Senhora Presidente lá de cima disse que isto não era da competência dela.-----

----- Outra coisa, eu gostava de saber se a área da esquadra de Santa Apolónia pertence a Santa Maria Maior ou a São Vicente, porque lá em São Vicente disseram-me que não pertence a São Vicente.-----

----- Obrigado e boa noite."-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por se solidarizar com os votos de pesar e as moções de saudação, também com o minuto de silêncio pelo António Mega Ferreira, seu amigo pessoal e com quem tivera um projeto de muito trabalho em prol da Cidade de Lisboa de muitos anos e que ajudou a Freguesia, porque foi graças ao facto dele ser Presidente da Metropolitana que se conseguiu criar a Orquestra Juvenil de Santa Maria Maior. Também lhe deviam isso.-----

----- Em relação ao plano de drenagem ia responder aquilo que sabia, mas também fazia um pré-aviso. A Cidade de Lisboa e o País tinham Leis, que diziam muito bem quais eram as responsabilidades de cada um. Era uma obra municipal e a intervenção do freguês faria todo o sentido na Assembleia Municipal de Lisboa, na perspetiva do esclarecimento.-----

----- Se havia alguma intenção de vir a responsabilizar a Junta por aquilo que de bom ou mau se fizesse ali, desde já avisava que não aceitavam essa responsabilidade porque a obra não era da Junta, nem tinham poder para impedir nada.-----

----- Posto isso, claro que era contra o abate das árvores e não tinha ficado à espera, a Junta já escreveu uma carta à Câmara a sinalizar que era contra o abate das árvores. Havia apenas uma árvore em que recomendaram o abate porque estava doente e podia cair em cima de qualquer pessoa, já estava identificada há muito tempo, assinada por uma técnica ultracompetente, a Engenheira Sandra Pinto, que já trabalhava com a Junta desde o princípio e só avalizava abates de árvores se tivesse a assinatura da Engenheira Sandra Pinto.-----

----- Foi sinalizado à Câmara, eram contra o abate das árvores por causa do estaleiro e da implantação do plano de drenagem, obra aliás fundamental, decisiva para a Cidade de Lisboa. Não era uma obra importante para Santa Maria Maior, era uma obra para toda a Lisboa, um túnel que ia de Campolide até ali com várias bacias de retenção para minimizar o impacto das cheias que seriam cada vez mais frequentes, dadas as alterações climáticas.-----

----- Não era uma obra inventada pelo atual Presidente da Câmara, porque não se fazia um túnel de cinco quilómetros a mais de cinquenta metros de profundidade em um ano. Isso foi estudado, foi projetado, foi debatido com os melhores engenheiros da Câmara, um deles o Engenheiro Silva Ferreira que era o diretor do projeto e tinham que confiar nos técnicos.-----

----- Contudo, a Junta já tinha pedido à Câmara e já estava marcada para o dia 13 de janeiro uma sessão pública em Alfama sobre o plano de drenagem, onde todos deviam colocar as questões que entendessem e a começar pela própria Junta, que ia colocar muitas dúvidas, muitas questões sobre o plano de drenagem. Isso porque as pessoas tinham direito ao esclarecimento, tinham direito a pronunciar-se e quem decidia tinha que saber ouvir as pessoas, mesmo que não seguisse tinha que saber o que as pessoas pensavam.-----

LF
m/1020
B

----- Era a Senhora Vereadora Filipa Roseta que ali estaria, Vereadora responsável pela obra, esperava que acompanhada pelos técnicos. Ela própria se mostrou muito interessada em fazer essa reunião e só se acontecesse um caso de força maior a reunião não seria feita, mas certamente seria e estava marcada. Não tinha ainda determinado o sítio, mas decidiriam isso na próxima semana, desde já ficava a informação que dia 13 de janeiro às 19 horas teriam uma sessão sobre o plano de drenagem.-----

----- Enquanto Presidente de Junta já quisera ir ao estaleiro, acompanhado pelo responsável pela drenagem, três vezes e ele adiou as três visitas em cima da hora. Estava prometido para a próxima semana a ida, a ver se ele não adiava, onde queria colocar algumas questões para além do que foi mandado por escrito, aliás algumas foram bem alertadas por cidadãos, a questão da passagem para os peões com as placas tornava aquilo invisível e muito facilitador de assaltos, etc. Era uma coisa de palmatória que não podia acontecer, tinha que ser corrigido, pusessem acrílico ou o que entendessem, mas não podia ficar como estava.-----

----- Também queria interpelar diretamente o Engenheiro Silva Ferreira sobre as árvores, embora já o tivessem feito por escrito para o diretor da obra, para o Vereador e para toda a gente, já enviaram as cartas todas a avisar que a Junta estava contra o abatimento dessas árvores.-----

----- Posto isso voltava a repetir que não era uma obra da Junta, não tinha um milímetro de responsabilidade sobre aquilo nem as aceitaria, mesmo que lhe quisessem passar. ---

----- Também tinha consciência que era uma obra absolutamente decisiva e importante para a Cidade de Lisboa, que teria de ser feita. Perdia-se 90% da água que caía da chuva, o plano de drenagem não eram só os tubos, eram as bacias de retenção e o aproveitamento da água. Algumas já estavam feitas.-----

----- Esse plano de drenagem já começou a ser construído, como explicou um antigo Vereador, precisava de ser acabado. Tinha dois túneis subterrâneos, um de cinco quilómetros e outro de um quilómetro, o de cinco quilómetros era o que ia ali ter, começava em Campolide e ia ter a Santa Apolónia. Seria uma obra de grande complexidade do ponto de vista de construção e de engenharia, mas tinham que confiar nos técnicos.-----


----- Já tinha exigido que fosse feita uma vistoria a todas as habitações para saber o antes e o depois.-----

----- Sobre as expropriações, não tinha nada a ver com isso e percebia que em obras de interesse municipal ou nacional por vezes tivessem que ser expropriadas propriedades. Quando se fazia uma auto-estrada tinham que se expropriar terrenos.-----

----- Não tinha notícia de nenhuma queixa dos expropriados, podiam queixar-se à Junta, que não tinha nada a ver com isso, mas muitas vezes faziam eco na Junta dessas preocupações e não tinha notícia de nenhuma queixa ou contestação à expropriação por parte dos donos daquele prédio que foi expropriado. Podia ser que a Câmara ou alguém tivesse, mas no seu caso não tinha.-----

----- Não sabia se haveria mais expropriações, que tivesse notícia no território da Freguesia não haveria mais nenhuma. Passava tudo por baixo das casas e era preciso perceber como seria feito, mas não tinha notícia de mais nenhuma expropriação, nem tinha que ter.-----

----- O que podia garantir era que estavam atentos, queriam uma informação pública com direito às pessoas fazerem perguntas e isso seria feito no dia 13 de janeiro. Tinham que aproveitar bem no sentido do esclarecimento para sair de lá mais informados sobre o que ia acontecer em pormenor e porventura mais tranquilos ou mais intranquilos, mas a Junta estava a fazer aquilo que devia ser feito. Nem era exigir porque foi



Handwritten signature and date: 27/10/70

imediatamente aceite, pedira à Câmara uma sessão pública sobre o plano de drenagem e imediatamente foi dito que sim, dia 13 de janeiro às 19 horas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu aos Membros da Assembleia de Freguesia que reservassem já o final de tarde do dia 13 de janeiro, sendo depois anunciado nos locais do costume a todos os comerciantes e moradores da Freguesia. ---

----- **Ponto 3 – Aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2023 (Proposta nº 100/2021-2025)**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que essa proposta de Plano de Atividades e Orçamento estava em linha com aquilo que aconteceu no ano anterior e que ia acontecendo. Estavam identificadas as prioridades da Junta e estavam também identificadas as receitas e as despesas.-----

----- Alguma parte da receita dependia da realização dos contratos interadministrativos com a Câmara Municipal e dos protocolos de delegação de competências se fosse caso disso. Nesse aspeto havia sempre alguma incerteza no início do ano sobre se era intenção ou não da Câmara renovar esses compromissos financeiros.-----

----- Em relação ao ano anterior a Câmara cumpriu integralmente e tal como tinha chamado à atenção e criticado e em certa medida protestado pela demora da Câmara em se definir em relação a alguns compromissos, ao contrato interadministrativo e aos protocolos, referir que a Câmara cumpriu.-----

----- Esse ano era escusado estarem nessa indefinição, mas estavam outra vez na mesma situação. Apesar de tudo tinha indícios e a esperança que fosse mais rápida essa resolução.-----

----- Teriam que fazer uma reunião extraordinária, como faziam sempre em final de janeiro, tinha a ver com a renovação dos protocolos com o associativismo da Freguesia. Esperava que por essa altura a questão já estivesse também esclarecida por parte da Câmara, embora estivesse contabilizado como receita previsível a renovação desses contratos.-----

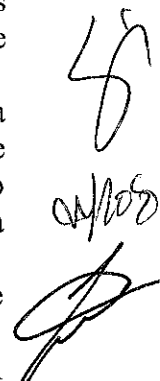
----- As componentes mais pesadas do Orçamento estavam sempre colocadas no espaço público, designadamente a higiene urbana, o que implicava novamente um esforço muito grande. Também a componente de intervenção na comunidade, aquilo que se chamava ação social, onde fruto também das consequências internacionais decidiu-se implementar, aliás aprovado na última Assembleia de Freguesia, um plano especial de proteção e apoio às famílias. A maior parte do impacto orçamental desse plano, embora estivesse a funcionar desde novembro, iria recair sobre o ano 2023. Significava um empenho particular da Junta nessa matéria.-----

----- Quanto ao resto, seria porventura mais útil responder a esclarecimentos e a Doutora Filomena Marques, que dirigia a divisão de administração e finanças e recursos humanos, era a pessoa melhor qualificada para dar todas as respostas técnicas que fossem necessárias. Agradecia a disponibilidade da Assembleia para que assim fosse.--

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que o Orçamento pouco ou nada diferia do Orçamento de 2022. Havia rubricas que inclusive eram mais baixas do que em 2022. Havia um aumento de 184.500 euros, o que não era nada por aí além. Tendo em conta as preocupações do Executivo com o aumento do custo de vida e com a inflação, esse Orçamento não estava a espelhar as preocupações para apoio à população.

----- Na rubrica 02 tinha mais 23.200 euros. Tinha a ver com a administração da Junta e era normal que tivesse mais dinheiro, porque tinha salários e por aí fora.-----

----- Na rubrica 03, intervenção na comunidade, tinha menos 584.400 euros e era um pouco preocupante quando havia tanta preocupação com a população e depois nessa rubrica, que era de apoio às pessoas, aparecia mais baixa em relação aos outros anos. --



Handwritten signature and date: 04/10/23

----- A rubrica 06, juventude e cultura, também tinha menos mil euros em relação a 2022. -----

----- Continuava a haver verbas bastante altas na aquisição de serviços e bens. Essas continuavam a ter grandes verbas no Orçamento. -----

----- Por isso a opinião da CDU era que esse Orçamento não estava a servir a população da Freguesia. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que queria solicitar alguns esclarecimentos e um deles era onde poderia identificar a verba atribuída ao orçamento participativo, do qual tinham vindo a falar. -----

----- Identificava que a nível de despesa em relação às Assembleias de Freguesia havia um valor igual ao ano anterior. Considerando que passariam a ter uma solução de transmissão das Assembleias queria perceber se a ideia era conseguir manter esse custo dentro do valor já existente e saber como seria executada essa solução. -----

----- Outro esclarecimento era em relação ao valor com pessoal, em que se identificou em muitas categorias um valor para pessoal em regime de tarefa ou avença. Saber quantas pessoas estavam nessa posição, se essas avenças eram anuais, pontuais, um pouco mais de informação sobre esse tema. -----

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** disse que lhe parecia estarem nesse momento a falar sobre as Grandes Opções, não estariam ainda a detalhar o Orçamento, o que seria feito depois. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a intervenção do Senhor Presidente da Junta foi uma apresentação global. De acordo com os dados que possuía houve numa primeira fase a auscultação no direito de oposição, houve o envio atempado para todos os eleitos da documentação aprovada em Executivo. Depois da apresentação do Executivo qualquer intervenção podia ser sobre as Grandes Opções ou sobre o Orçamento. -----

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** disse que lhe parecia irem conseguir que todos os protocolos, delegações de competências e contratos interadministrativos seriam renovados. Gostaria que fossem até robustecidos. -----

----- A posição do CDS era no sentido de votar favoravelmente as Grandes Opções, porque os dois principais problemas que se apontavam na Freguesia, a questão das pessoas e da ação social e a delegação de competências que era feita na higiene urbana, era aí que incidia a grande parte do Orçamento. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que tinha esquecido de abordar um tema, relembrar que em junho de 2022 foi feita uma recomendação em relação à construção ou adaptação dos parques infantis para crianças com deficiência e seria importante ver essa execução durante o próximo ano. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não identificava onde estavam menos 500.000 euros para intervenção social. Já tinha pedido a ajuda da Doutora Filomena, que também dizia que isso não estava ali. Em bom rigor estavam menos 63.400 euros. -----

----- Acontecia e queria chamar a atenção que quando fizessem a aprovação de contas em abril, tal como a Lei obrigava, tinham que transitar o saldo que ia reforçar o Orçamento. Calculava-se, sem certeza matemática ainda, que teriam à volta de dois milhões de euros de saldo transitado para aplicar no Orçamento, que certamente iria reforçar algumas rubricas que de momento não estariam com a verba total. Se reparassem havia rubricas abertas a 500 euros e não se fazia nada com 500 euros, apenas para depois se poder reforçar. -----

----- Por exemplo no orçamento participativo alocaram-se 25.000 euros, mas poderiam vir a reforçá-lo e certamente que nunca diminuir. Dependia também do saldo que fosse transitado e também da vontade ou não da Câmara em concretizar o contrato

interadministrativo e o contrato de delegação de competências, o tal que se chamava contrato de mandato de delegação de competências. -----

----- Havia uma coisa que tinha de ter a certeza, tinha que ter dinheiro para pagar salários, tinha que ter dinheiro para corresponder ao aumento e porventura ainda pouco que era aplicado à função pública e que teria repercussão nas finanças da Junta. Aliás era uma luta de todas as Freguesias, ver o que iria acontecer. Não seriam compensados pelo Estado nem pela Câmara financeiramente por causa disso, teriam que suportar. ---

----- Depois de terem essas ideias bem fechadas poderiam também definir onde iam distribuir os dois milhões de euros, sem prejuízo de haver um ato de gestão de ir fazendo alterações orçamentais quando se verificava que durante o mandato não se gastava o que era previsto num lado e transferia-se essa verba para outra rubrica onde se previa gastar mais do que estava apontado. -----

----- Nessa perspetiva não era um Orçamento pouco solidário, antes pelo contrário e queria até anunciar que já se passaram os primeiros cheques aos bebés de Santa Maria Maior, uma coisa que lhe dava grande satisfação. Passou-se a incluir refeições de carne nos cabazes alimentares que se distribuíam mensalmente pelas pessoas, estava-se a aguentar a “Mesa dos Afetos”. -----

----- Queria salientar que para além das responsabilidades com os trabalhadores e colaboradores, a primeira responsabilidade da Junta seriam sempre as pessoas que tinham necessidade de apoio social. A previsão era que estava a ser mais difícil para mais famílias e tinham que estar preparados na medida do possível para dar essa resposta. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que as questões colocadas pela Membro Maria de Lurdes Pinheiro foram respondidas, mas sentia que as suas questões não estavam respondidas. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que já tinha respondido sobre alocar um valor de 25.000 euros que estava na rubrica e até dizendo que se fosse necessário podiam reforçar essa verba. -----

----- O mesmo se passaria com o aumento de custos que teriam as transmissões das reuniões. Teriam de reforçar essas verbas, estavam à espera da revisão orçamental que seria feita em abril. -----

----- Sobre os parques infantis, já se pediu a uma empresa que comesse a preparar um plano para adaptação, respondendo a essa necessidade e tendo em conta a orografia do território. Certamente que era um objetivo. -----

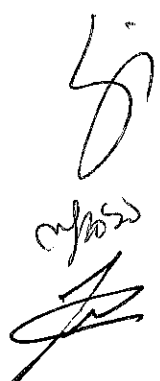
----- Tal como começaram a trabalhar na moção ou recomendação da CDU, do Membro do PEV, de colocação de mobiliário urbano na zona da Baixa. Teve que se envolver a Câmara porque era uma zona estruturante e a Junta não era autónoma na escolha do tipo de mobiliário para colocar ali, mas já se deram alguns passos para simbolizar a intenção e queria-se prosseguir com isso. Iriam reforçar esse objetivo. -----

----- Aliás, isso foi colocado na proposta de protocolo do mandato com a Câmara Municipal de Lisboa, que estava em estudo e que houve já um debate sobre isso. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano para 2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 3 votos contra (PCP, PEV e BE) -----

----- Submeteu à votação o **Orçamento para 2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 3 votos contra (PCP, PEV e BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente às deliberações acabadas de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----



----- **Ponto 4 – Aprovar o Mapa de Pessoal para 2023 (Proposta nº 101/2021-2025);**

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que por ser igual ao do ano anterior o erro mantinha-se, o número previsto dizia 231 e eram 234 e os preenchidos dizia 187 e eram 190. Somando o número estava errado, se não estivesse que a corrigissem. Se somassem os números todos estava mal, se não era que lhe dissessem ser de outra maneira.-----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que a questão era em relação aos números de previsão de postos de trabalho e preenchidos, mantinha-se o mesmo número em relação às vagas. Não existia nenhuma intenção de aumento de postos de trabalho. -

----- **Doutora Filomena Marques** esclareceu que no mapa de pessoal, logo de início, nas direções de segundo nível eram chefes de divisão, esses “três-três” não contavam para o mapa de pessoal e estava a nota feita ao lado, que não eram considerados para o valor global dos lugares. Isso porque eram cargos de direção, cargos de comissão de serviço que estavam em simultâneo nos técnicos superiores. -----

----- O que contava eram os lugares ocupados na carreira de técnico superior, os lugares de dirigentes não contavam para o valor global do mapa de pessoal e isso estava explicado.-----

----- Em relação à questão colocada pela eleita do BE, o número de lugares previstos, o número de lugares previstos eram 231, os que estavam preenchidos eram 187, os vagos eram 44, com a indicação que nesses 187 lugares preenchidos tinham que considerar obrigatoriamente, porque a Lei assim o dizia e exigia, de acordo com a Lei 35/2014 as pessoas que estavam em mobilidade inter-carreiras ou inter-categorias, dentro do serviço ou fora com entidades externas, enquanto não houvesse consolidação dos lugares nos locais de destino continuavam a pertencer ao mapa da Junta. -----

----- Podia dizer que desses 187, na realidade a trabalhar na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior estavam 184, porque estavam três pessoas em mobilidade. De toda a maneira o lugar estava ocupado e não o podia libertar para ser ocupado por outra pessoa. -----

----- Ainda havia 44 lugares para preencher no caso de haver necessidade de fazer entrar pessoas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para 2023 (Proposta nº 101/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, PCP, PEV, PSD e CDS-PP) e 1 abstenção (BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 – Apreciar a Informação Escrita do Presidente;** -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que não ia propriamente falar na informação escrita, mas sim informar a Assembleia que foram entregues dois requerimentos e um deles tinha a ver com o plano de drenagem de Lisboa. -----

----- Tal como o Senhor Presidente da Junta já informou logo no princípio da Assembleia, não iam responsabilizar a Junta no que acontecesse em relação a essa obra, mas exigia-se que a Junta soubesse o que iria acontecer na área da sua Freguesia. Havia situações que numa obra desse tamanho a Junta deveria ter já ter sido informada sobre o que ia acontecer, porque havia perguntas que a população fazia e um dos requerimentos tinha a ver com isso. -----

----- Sobre a ocupação dos estaleiros o Senhor Presidente já falou no estaleiro de Santa Apolónia, que era necessário arranjar outra forma, ou pôr iluminação, porque estava mesmo um corredor muito perigoso. -----

Handwritten signature and initials in the right margin, possibly reading 'L.P.' and 'M.P.'.

----- Deviam saber se iriam acontecer alterações às carreiras dos autocarros. A Junta tinha que saber disso, em quais ia haver alteração. Saber se o metropolitano continuava a funcionar.-----

----- A população era informada dos constrangimentos que teria, porque era uma obra importante e as pessoas sabiam, mas também era verdade que seriam muitos anos de constrangimentos para as pessoas e em especial essa área da Freguesia tinha muita gente idosa, para quem já era uma complicação sair de casa e com todas essas situações não ia ajudar muito. Por isso ia requerer muito mais atenção por parte da Junta de Freguesia. -

----- As associações locais, disponibilizando já a sua, podiam ajudar a informar as pessoas e a prepará-las para esse embate que seria muito forte. As pessoas estavam habituadas a uma determinada forma e durante muito tempo teriam a sua vida desorganizada.-----

----- Também era importante saber se haveria mais policiamento.-----

----- Ninguém queria responsabilizar a Junta pelo que pudesse acontecer, mas a Junta tinha a obrigação, era o órgão mais importante em relação às pessoas. Sabia que já houve intervenções na Assembleia e na Câmara sobre esse assunto, mas zero. Se não recebiam à população tinham que responder à Junta, que era um órgão eleito e tinha que saber.-----

----- Folgava muito em saber que a Junta também estava contra o abate das árvores e tinham que acompanhar isso tudo com cabeça, tronco e membros e também com muita informação. A Junta podia arranjar forma de ter sítios onde pudesse dar essas informações às pessoas. Se não fosse às pessoas, às associações locais, às coletividades, para que também pudessem ajudar a dar essa informação. Estavam perto das pessoas e podiam ajudar, desde o momento que houvesse essa informação.-----

----- Era bom haver a reunião no dia 13, para si já era tarde, mas antes tarde do que nunca. O requerimento tinha uma série de perguntas que tinha colocado e esperava que a Junta depois da reunião pudesse responder por escrito, tal como dizia a Lei.-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que o segundo requerimento apresentado referia a um pedido de informação sobre a atividade dos chamados vendedores de louro na Baixa. Era uma questão que já iam abordando desde o início do anterior mandato e tinham a perfeita noção de qual era o âmbito de ação e capacidade de intervenção da Junta, mas era mais um tema relativamente ao qual seria importante que as diversas entidades que pudessem agir no sentido de colocar um ponto final de uma vez por todas nessa situação se entendessem, se articulassem e atuassem.-----

----- Esses indivíduos continuavam a atuar com absoluta impunidade, abordavam agressivamente os transeuntes, no fundo faziam do espaço público a sua coutada privada que se ia alargando cada vez mais. Uns anos atrás era apenas a Baixa e já abrangia a zona do Chiado, Bairro Alto, Príncipe Real, por aí fora.-----

----- Mais do que pedir novamente à Junta para diligenciar no sentido de autoridades competentes fazerem alguma coisa a esse respeito, gostava fundamentalmente de deixar um alerta e uma preocupação, a imagem de absoluta inoperância em relação a essa matéria que se ia arrastando ano após ano, em que ninguém verdadeiramente assumia nenhuma responsabilidade perante essa questão. Já se ouviu uma versão da Junta, ouviu-se uma versão da Câmara, uma versão da PSP, uma versão da Polícia Municipal e o pedido era apenas um, que se articulassem, que se entendessem.-----

----- Quando os intervenientes moderados do espaço democrático não se entendiam e não mostravam capacidade de ação e de resolução de problemas estava-se a abrir a porta a outros, aos populismos, às xenofobias, ao discurso de ódio.-----

Handwritten signature and initials in the right margin, appearing to be 'H. Duarte' and 'PEV'.

----- O assunto dos vendedores de louro, parecendo uma questão absolutamente insignificante, tinha todos os ingredientes para mais tarde ou mais cedo vir a ser aproveitado por esses oportunistas.-----

----- O alerta era que ao fim desses anos todos em que andavam a abordar essa questão se encontrasse uma solução definitiva.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que fazia a entrega dos dois requerimentos devidamente assinados pelos proponentes, devendo obrigatoriamente depois ser avaliado e respondido.-----

----- Referiu que duas semanas atrás houve um abatimento de via na Rua da Prata, que provocava a todos os que trabalhavam e moradores enormes constrangimentos e ainda nem se iniciou o regresso à escola. Aquilo que de algum modo estava à espera era que existissem engarrafamentos brutais em toda a área da Baixa e que depois alastrava também para as duas escapatórias. Uma delas estava muito preenchida, a da Rua da Madalena em direção ao Martim Moniz. -----

----- A outra, pela Calçada do Sacramento em direção ao Chiado ainda não identificava como tão saturada, mas sabendo que havia escolas primárias tanto de um lado como do outro e, não querendo ser desagradável com o Executivo da Junta, se calhar era importante pedir que reunisse com o novo Vereador do pelouro da mobilidade para que fosse apresentado um plano de alternativas ao trajeto, não só dos autocarros mas acima de tudo das viaturas ligeiras que necessitavam de deixar as crianças nos agrupamentos de escolas, de forma a garantir que todas as crianças chegavam a horas e não eram por isso prejudicadas, mas também que os pais que tinham de sair ao final da tarde para ir buscar os filhos não teriam problemas nas suas entidades patronais. Se fossem de carro, antes tinham que sair vinte ou trinta minutos antes e se calhar teriam que passar a sair uma hora e meia. -----

----- Não tinha o hábito de fazer essas intervenções e ser desagradável com o Executivo, mas parecia que deviam instar junto do novo titular da mobilidade a oportunidade de ser um agente de mudança positiva. -----

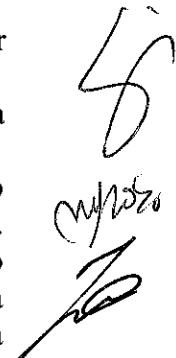
----- Simultaneamente gostava de entender e perguntar se existia algum nível de previsão de obra e se foi solicitado pela Câmara Municipal ou pela Junta de Freguesia uma avaliação junto do LNEC ou da proteção civil para toda a estabilidade que existia no decurso da área da Rua da Prata, de forma a perceber a segurança das pessoas e da propriedade nessa área da Freguesia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que quase tinha vontade de responder como fizera com o cidadão. Se pensava responsabilizar a Junta pelo problema que viesse a haver ali estava a bater à porta errada, porque não era da competência da Junta e não aceitava qualquer tipo de responsabilidade nessa matéria.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que daí ter dito que não queria ser desagradável com o Executivo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o Senhor Presidente da Assembleia nunca era desagradável consigo.-----

----- Posto isso, dizer que tinha sido a primeira entidade pública a chegar ao local do acidente. Estavam lá já funcionários da Junta, a pessoa responsável pela proteção civil. Tinha telefonado ao Senhor Presidente da Câmara e se não tivesse telefonado aquilo demorava mais tempo, dizendo-lhe que abriu um buracão na Rua da Prata, que estava farto disso e pedindo-lhe que fosse ao local. Ele disse que estava a almoçar e iria lá depois do almoço, mas que estivesse descansado porque ia lá estar gente. Apareceu o Vereador Ângelo Pereira e muito bem, apareceram os bombeiros e também a proteção civil. Apareceu o Engenheiro Miguel Fernandes, um técnico extremamente competente e com muita fama que já ia de longe. -----

Handwritten signature and initials in the right margin, including a large stylized 'S' and the name 'Miguel Fernandes' written vertically.

----- Tinha ficado descansado e dito apenas aquilo que lhe parecia razoável e que era a posição política em seu entender defensável, que estavam fartos de abatimentos na Rua da Prata. Num ano houve quatro abatimentos, que arranjassem isso de vez. Era preferível ter a rua parada seis meses e arranjar isso de vez do que estar a remendar, porque mês e meio antes tinha havido outro abatimento e foram remendar.-----

----- Depois havia abatimentos mais pequenos, um deles até foi a Junta tapar o buraco e ninguém lhe garantia que daí a um mês não houvesse outro abatimento. Isso não tinha sentido, mais valia arranjar a rua em definitivo. Tinha dito isso ao longo da tarde e até dissera que o Senhor Presidente da Câmara não apareceu a seguir ao almoço, ficava à espera dele para lanchar. Ele telefonou e disse que estava de acordo com o Presidente da Junta, isso devia ser arranjado por inteiro.-----

----- Contudo, porque já ali andava há muitos anos e isso não era uma crítica ao Presidente da Câmara, os técnicos diziam que era uma pena porque se tratava do caneiro do Marquês de Pombal e ainda durava mais cem anos, tinham era que reparar e não fazer uma coisa nova, ao que respondeu que não era técnico, mas perguntava se iam reparar para se estragar daí a uns dias, porque estavam as areias e as águas. Acreditava que até se deviam organizar passeios turísticos ao caneiro, mas fazer uma coisa decente que durasse mais cem anos à partida.-----

----- O que lhe foi dito era que a reparação desse pedaço de quarenta metros iria demorar quatro meses, mas até achava que iria demorar mais. No dia seguinte tinha estado lá com a Senhora Vereadora Filipa Roseta que também confirmou isso, iria demorar quatro meses.-----

----- A posição política da Junta de Freguesia era que se devia arranjar tudo e daí não saía, mas não era engenheiro, não era técnico e mesmo que fosse a sua responsabilidade era política, mas o sensato era que se iam causar um incómodo às pessoas então fechassem a rua pelo tempo que fosse preciso e fazer uma obra nova, para ficarem tranquilos em relação a essa solução.-----

----- Esse problema não era só da Rua da Prata, era da Baixa toda, a cidade estava oca e teriam problemas atrás de problemas a esse nível.-----

----- Na mobilidade também já se detetou o problema e era sua intenção pedir uma reunião com o Vereador Ângelo Pereira, mas entretanto o pelouro passou para o Senhor Vice-Presidente.-----

----- Uma coisa já tinha aprendido, se queria resolver coisas a sério falava como Senhor Presidente da Câmara ou com a Senhora Vereadora Filipa Roseta. Nesse caso tinha ligado ao Senhor Presidente da Câmara e ele não estava. A Junta tinha uma proposta a fazer para aliviar a mobilidade e achava estranho que ninguém da mobilidade tivesse falado com a Junta. A proposta era que se abrissem duas vias na Rua do Ouro, uma a descer e outra a subir, transitoriamente até a obra estar pronta, porque não via por onde fugir mais.-----

----- Servia para ajudar a escoar o trânsito no sentido ascendente, sobretudo de manhã, quando as famílias saíam, depois fazia-se um by-pass junto à Casa dos Tecidos, onde era o antigo Diário de Notícias, para os carros continuarem do outro lado do Rossio. Não era técnico de mobilidade, mas parecia uma solução aceitável e razoável sem custos de dinheiro.-----

----- A Rua da Madalena estava a ficar insuportável. Aliás, já tinha começado a receber reclamações justas de pessoas que moravam na Rua da Madalena. Para já teriam que aliviar a Rua da Madalena e assim aliviavam as transversais, podendo-se porventura minorar alguns dos problemas.-----

Handwritten signature and initials in blue ink, located on the right side of the page. The signature appears to be 'L. J.' with a flourish, and below it, the name 'M. J. Roseta' is written in a cursive script.

----- Confiava muito na sensatez do Senhor Vice-Presidente da Câmara, já tinha pedido uma reunião, mas tinha que pedir uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara porque com ele as coisas corriam. -----

----- Sobre o abate de árvores, ainda nesse dia tinha visto no Largo de Santa Justa uma árvore a ser abatida e disse que nem pensar. Tinha sido insultado pela equipa da Câmara que estava lá, mas não abateram a árvore. Chamou a Polícia Municipal e falado com o Senhor Doutor António Vale, chefe de gabinete do Senhor Presidente, que foi para lá imediatamente e percebeu a insensatez de deitar abaixo uma tília porque dava jeito à CME passar por ali o canal de ligação da revisão dos tubos, quando a Junta já lhes tinha dito que não concordava que abatessem aquela árvore. -----

----- Não tinha ganho a guerra e logo veriam o que ia acontecer a seguir. Fora insultado pela equipa toda que lá estava da Câmara porque a árvore já tinha morrido, mas não morreu nada porque a Engenheira Sandra Pinto dizia que a árvore estava viva e bem viva. -----

----- Se deitassem uma daquelas tílias abaixo até a dinâmica da praça ficava desequilibrada porque aquilo não foi projetado assim. Não podiam deitar a árvore abaixo, ela não representava perigo, estava viva e não percebia porque estavam a fazer isso, descalçaram a árvore toda e já estavam a abatê-la. Felizmente tinha chegado a tempo e parado aquilo tudo. -----

----- Claro que precisava muito da ajuda da sociedade civil, das coletividades, das associações, dos cidadãos, que lhe telefonassem quando estivesse a haver um problema para se tentar evitar, mas também fazia já um pré-aviso porque infelizmente a maior parte das asneiras não era a Junta que fazia, mas sofria o impacto delas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia tinha toda a razão e iria insistir para ver se conseguia ser recebido pelo Senhor Vice-Presidente. Tinha tomado posse desse pelouro no dia anterior e acreditava que ainda estivesse a estudar os dossiers. Por isso também tinha que falar com o Senhor Presidente da Câmara sobre esse assunto, porque lhe reconhecia a sensatez de antecipar problemas, a ver se encontravam uma solução de mobilidade, ouvindo os técnicos, para as viaturas circularem. -----

----- Percebia a questão da venda do louro e também a Junta não assumia responsabilidades policiais, nem podia desviar das suas principais funções para só tratar desse problema. A Junta fez aquilo que a polícia pediu até ali e até pagou por isso, passavam as multas, mas não tinham o poder de identificação e para pedir a um indivíduo daqueles que se identificasse só mesmo um polícia e até com a polícia havia dissabores. Sempre que se recebia uma notificação da polícia que foi identificado um cidadão, a Junta fazia o processo de contraordenação. -----

----- Já tivera conhecimento do requerimento e já tinha pedido à Senhora Engenheira Célia Mota para preparar a resposta ao requerimento, que certamente era pertinente, mas para explicar também. -----

----- Todos tinham dúvidas sobre as câmaras de videovigilância na Baixa, em que tinha dúvidas que estivessem todos de acordo, tinha vantagens e riscos, mas a produção de prova e a verificação em concreto que depois não havia ali crime nenhum porque não era droga, todo esse conjunto de situações ajudava muito a essa atividade, a não ser que fossem um Estado repressivo que estava todos os dias ali a dar cacetada. -----

----- Isso era um problema do Governo, da polícia, com certeza não era da Junta. Não andava com tacos de basebol a perseguir aquelas pessoas, embora, quando chegava a notificação, o que a Junta fazia era passar a contraordenação e colaborar quando podia. Pediram-lhes uns cartazes enormes e fizeram os cartazes, levaram pancada física por causa disso de alguns vendedores, não foram protegidos pela polícia nessa altura. Os cartazes foram rasgados e já se pediram novos, mas não os deram, porque apesar de

Handwritten signature and initials in the right margin. The signature appears to be 'Sandra Pinto' and the initials are 'SP'.

tudo os cartazes avisavam quem passava no elevador de que aquela situação era fraudulenta.-----

----- Seria preparada a resposta ao requerimento, mas qualquer dia estavam a pedir-lhes para interferir nas negociações de paz na guerra da Ucrânia com a Rússia e também não tinham essa competência. Era apenas uma ironia para perceber que a Junta não podia fazer tudo ou iriam fazer as coisas mal feitas que eram da sua competência.-----

----- Percebia e não era só o Membro da Assembleia que lhe chamava à atenção, toda a gente, porque quando trabalhadores da Junta eram agredidos por eles era o primeiro indignado. Já tinha sido perseguido, sobretudo quando apareceram os primeiros cartazes. Era de facto um problema muito delicado e difícil, que tinha de ter firmeza e outras soluções que não sabia quais eram. Todos depois tendiam para fazer um pouco de demagogia e adotar o mais fácil, mas sabia que não viviam num Estado policial.-----

----- Abriram lojas de venda de canábis na zona da Baixa, que era legal, mas esses indivíduos postavam-se ali à frente e ameaçavam as pessoas que lá entravam e saíam. -

----- Era de facto uma questão problemática e a Junta estava disponível para ajudar a colaborar naquilo que pedissem e que pudesse fazer. Não lhes pedissem solução, porque não tinham instrumentos. Até na higiene urbana, na identificação da pessoa que deitava o lixo, não tinham instrumentos para identificar essa pessoa. Se não dava os documentos, não tinham poderes para obrigar a pessoa a apresentar o documento para lhe passar a contraordenação.-----

----- Havia situações que não eram as mais fáceis, mas percebia, estavam solidários e disponíveis, aliás queriam fazer uma nova campanha de sensibilização para a venda do louro e que era uma fraude. Estavam disponíveis, mesmo assumindo riscos físicos nessa matéria. Todos, tanto os Membros do Executivo como os trabalhadores da Junta, que eram ameaçados.-----

----- Agradecia todo o apoio que a sociedade civil da qual faziam parte, as associações e instituições, em concreto a APPA, que quisessem ajudar na comunicação das dificuldades que certamente iriam surgir com a obra do plano de drenagem. Os efeitos físicos dessa obra só iriam sentir daí a um par de anos, porque ela ainda não começou. -

----- O túnel começava em Campolide, escavavam a partir dali um poço de ataque, na Almirante Reis um para um lado e outro para o outro, mas só chegava ali dentro de um ano ou ano e meio.-----

----- Para fazerem uma sessão de esclarecimento tinham que ter um interlocutor. A Câmara mudou, instalou-se, anunciou há sensivelmente quatro meses que ia concluir essa obra e executar a parte mais difícil, certamente teria mérito por isso, a escavação e o túnel.-----

----- A primeira coisa que a Junta disse era que precisavam de fazer uma reunião em Alfama para informar as pessoas do que ia acontecer com aquele estaleiro e quais as consequências que a obra viria a ter. Não parecia que estivessem assim muito atrasados em relação ao dia 13 de janeiro, mas se estavam atrasados era melhor tarde do que nunca e iriam fazer a reunião.-----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que o PGDL era um plano de drenagem global, as obras de saneamento faziam parte do PGDL.-----

----- A nível de comunicação falou-se muito nos túneis, a empreitada muito grande com aquela máquina brutal, mas de facto havia um trabalho integrado na cidade de que essa grande obra fazia parte. Era importante também passar isso.-----

----- Sobre a obra na Rua da Prata o Senhor Presidente da Junta estava muito bem informado, tinha uma relação muito boa com a Vereadora e eles falavam sobre isso. Com certeza tinha a mesma informação que o Senhor Presidente, não tinha outra, quatro meses foi o que conseguira saber.-----

Handwritten signature and initials in the right margin. The signature appears to be 'LJ' and the initials below it are 'MPS'.

----- Também concordava que convinha olhar para a cidade de uma forma integrada. Muitas vezes as dificuldades eram as empreitadas, se esperavam pelo ótimo e estavam à espera de fazer uma empreitada única por vezes as coisas não aconteciam, tinha que se ir fazendo conforme a realidade permitia. -----

----- Em relação à mobilidade, lembrava-se que quando estava o Presidente Medina houve um pequeno lobby da Freguesia e entre os vizinhos conseguiu-se fazer com que pusesse um sinal de proibido a subir para a Sé, deixando de entrar os pesados para aquela zona. -----

----- Não via necessidade nenhuma dos autocarros de turismo andarem a atravessar a Baixa, a curva a noventa graus onde não havia espaço. Não havia património que resistisse a esse tipo de peso estético, visual e até físico. Não estava a colar as duas coisas, mas grande coisa não haveria de fazer. -----

----- Lá fora havia centros históricos com várias estratégias muito diferentes umas das outras, mas não estava habituada a ver autocarros de turistas com dois andares a passar pelas partes mais nobre da cidade, do centro histórico, via autocarros em grandes avenidas. Que fosse até aos Restauradores ao Rossio, mas davam a volta e iam embora, não entravam pelo centro histórico dentro em artérias mais estranguladas. -----

----- A nível pessoal, sem representar o PSD porque essas coisas tinham que ser equilibradas, achava que a Zero não trazia grande benefício porque era demasiado hipócrita, com os navios a poluírem da maneira que se sabia e tudo era permitido, entrava uma massa de gente por ali dentro. Fechar as ruas não parecia uma solução porque auscultava os comerciantes e dava dó, começavam a escorrer as lágrimas pela cara abaixo. O mercado tradicional não eram lojas para os turistas, as lojas não lucravam porque não tinham procura nenhuma. -----

----- O verdadeiro mercado tradicional precisava de parques de estacionamento e que as pessoas fossem lá consumir e comprar. Por vezes não eram coisas leves, não era muito fácil transportar seis sacos de compras e um colchão numa bicicleta. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que na sequência do esclarecimento que agradecia do Senhor Presidente tinha um pedido a fazer-lhe. Como dizia o ditado “ano novo vida nova” e gostava que no próximo ano o Senhor Presidente Miguel Coelho não os brindasse constantemente com o prólogo nas respostas às questões, “*não é da minha competência, mas posto isto...*”. -----

----- Havia dois planos que era importante não misturarem. O não ser da competência da Junta não significava que a resolução de um problema não fosse da responsabilidade ou pelo menos da co-responsabilidade da Junta. -----

----- O Executivo, nesse caso na pessoa do Senhor Presidente, tinha um enorme poder nas suas mãos, o poder da sua voz. Conseguia já ter essa facilidade de contacto por exemplo com o Presidente da Câmara de Lisboa para tratar de um assunto relacionado com uma árvore, que também o deixava um pouco perplexo como não havia canais de comunicação entre a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a Câmara Municipal de Lisboa, uma questão dessas tinha que ser resolvida diretamente entre cúpulas. -----

----- Tinha perfeita noção que não era competência da Junta. Aliás até podia dizer que na ideia de voltar a colocar cartazes a experiência diria que estava votada ao fracasso, se era para um simulacro de solução de um problema mais valia poupar dinheiro a esse respeito. -----

----- A sugestão era que fizesse realmente ouvir a sua voz, porque não a fazendo ouvir de forma eficaz, não sendo da competência da Junta, estava no fundo a não assumir uma responsabilidade que deveria assumir e que era ser o interlocutor da Freguesia para resolver um problema que afetava a Junta e que também afetava a Cidade de Lisboa. --

Handwritten signature and initials in the right margin. The signature appears to be 'Hugo Duarte' and the initials below it are 'CD'.

----- A situação dos vendedores de louro já era também uma vergonha internacional e para uma cidade que apostava no turismo, que queria dar uma imagem de modernidade, de desenvolvimento, de boa receção a quem visitava, ter os turistas a queixarem-se nos seus países de origem que eram agredidos por falsos vendedores de estupefacientes era algo que deveria envergonhar a todos. -----

----- Não valia a pena insistir em não respostas, da mesma maneira que não valia a pena também voltar a cair na argumentação demagógica de que não eram um Estado policial. Evidentemente que não eram e mal seria se fosse a resolução de uma questão tão comezinha como essa de evitar que indivíduos continuassem a praticar a venda ambulante ilegal no coração da cidade, para a qual já tinham mecanismos e chegaram a aprovar em Assembleia de Freguesia um regulamento especificamente para a questão da venda ambulante e que pelos vistos também estava a mostrar a sua absoluta inoperância, porque o problema mantinha-se. -----

----- Não era preciso um Estado policial, só era preciso que se aplicasse o regulamento que foi aprovado e que houvesse algum policiamento de proximidade, coisa que não existia. Deixassem a conversa estafada da videovigilância fora dessa questão e que no próximo ano não caíssem nesse discurso que era a dada altura uma conversa de surdos, que não era da responsabilidade mas ia tentar. Não era da competência, mas não significava que não fosse responsabilidade. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que em primeiro lugar queria congratular o Executivo pela aprovação do Plano e Orçamento para 2023 e aproveitava a oportunidade de estarem a discutir o próximo ano para lançar alguma ideias que poderiam ser executadas pelo Executivo e que estavam muito em linha com o documento que foi aprovado. -----

----- No documento do Plano lia-se a intenção de aproximar à comunidade multicultural da Freguesia. Poderiam pensar na criação de um gabinete intercultural com um esforço de comunicação em várias línguas. -----

----- Também se via uma identificação sobre a mobilidade e gostaria de alertar para que houvesse uma atenção especial para a mobilidade sénior na Freguesia e também um reforço da mobilidade suave com a colocação por exemplo de estacionamento para as bicicletas. -----

----- Continuar a salvaguardar o direito à habitação, com o apoio jurídico, alimentar e de higiene, como nos casos de despejos. -----

----- No plano especial de apoio à família que tinham recentemente a funcionar também poderia ser interessante ponderar um apoio aos cuidadores de séniores e a nível de gestão do espaço público avançar com uma campanha de sensibilização a comerciantes, alojamento local e fregueses sobre a gestão dos resíduos. -----

----- Também seria interessante pensar para o próximo ano um plano cultural e associativo para promover atividades de dinamização da Praça do Martim Moniz. Sabia-se que estava a decorrer um concurso, mas podia ser interessante juntar as associações e promover algumas atividades na praça de forma a poder ser mais utilizada por todos e todas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que habitualmente não tinha discursos alarmistas, mas estava sinceramente preocupado com a mobilidade, coincidindo a obra do plano geral de drenagem com o abatimento da Rua da Prata. -----

----- Na reunião que viessem a ter com a Câmara Municipal e com o Executivo seria de ponderar que os tuc-tuc, os autocarros de turismo, as trotinetes e as bicicletas, durante o período que coincidia com a obra na Rua da Prata, só pudessem circular na artéria da Infante Dom Henrique para continuar ao Cais do Sodré. Não terem em nenhum momento oportunidade de fazer atravessamentos pela parte histórica da cidade, na

5
empresário
Z

proteção daquilo que a Membro Catarina de Medeiros falou e de que todos falaram, dos vizinhos e do comércio. -----

----- Em simultâneo gostava bastante de propor ao Executivo da Junta de Freguesia que solicitasse à Câmara uma alteração profunda sobre a circulação das trotinetes e das bicicletas de aluguer. Em várias cidades de Portugal e da Europa existiam zonas delimitadas para iniciar e terminar o percurso do aluguer das trotinetes e das bicicletas. Em Lisboa, se sugerissem a eliminação de um ou dois lugares de estacionamento em que muitas vezes podiam ser lugares que a Câmara necessitava de rever porque os autorizou dez ou vinte anos e tornavam-se quase vitalícios independentemente das organizações estarem lá ou não, para acabar com algo que preocupava bastante e que era a segurança das pessoas mais idosas. -----

----- As trotinetes, com a velocidade que muitas vezes estavam a circular, promovendo o embate com um idoso podia cair-lhe em cima e entre outras coisas a desgraça de ter uma fratura do colo do fémur. Um idoso com essa situação, após a operação, no mínimo eram cinco ou seis meses de fisioterapia e autonomia e mobilidade deles podia ficar em causa. -----

----- Havia momentos em que os interesses dos seus vizinhos e da sua cidade tinham que se sobrepor a essa cidade abonecada que estavam a sentir ser o caminho. Lamentavelmente já se verificou que não era uma questão de opinião ou de presidência do Município, era uma questão superior a essa. Antes havia críticas ao anterior Presidente da Câmara e atualmente também havia críticas a realizar à presidência da Câmara Municipal. Era o momento de mais uma vez se unirem, que para isso foram todos eleitos, para defender as pessoas e o património da Freguesia. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que aproveitando estarem a falar em mobilidade e ano novo queria solicitar ao Executivo que também fizesse um levantamento do mau estado em que estavam algumas ruas do bairro. Por exemplo a Rua do Vigário tinha dois ou três pequenos abatimentos e cada dia que passava estavam maiores, inclusive com água a sair. Andavam todos tão preocupados com a poupança da água e estava água a correr assim. Isso também criava problemas às velhotas. -----

----- A preocupação que o Senhor Presidente levantou era muito grande. Havia idosas que já não saíam de casa porque uma trotinete foi contra elas e ficaram com medo, iam buscá-las para dar uma voltinha mas isso era complicado. -----

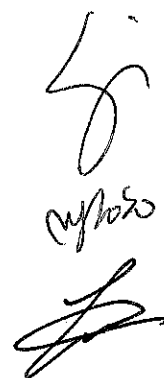
----- A Junta de Freguesia, felizmente ou infelizmente, era da parte mais velha em todos os sentidos. Era mais velha no património, mais velha nas pessoas. -----

----- Estavam ali a dizer que a obra do túnel de drenagem ia demorar, mas sabiam que quando comesçassem abria-se um buraco e saía história, demorava tempos infinitos. A Rua da Prata seria assim. -----

----- Precisavam de estar mais atentos todos. O Senhor Presidente não precisava de ficar sempre preocupado para que não fossem falar com ele porque não era culpado. Ninguém estava a culpar o Presidente nem o Executivo, mas a Junta representava os moradores na Freguesia de Santa Maria Maior e por isso tinha o dever de estar e de informar. Se não sabia chamava as pessoas que tinham essa obrigação e dizia-lhes. Da maneira que as coisas estavam era muito importante esse diálogo com as pessoas. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que já estava a ser feito na Câmara Municipal um regulamento realista, tendo em conta a selva das trotinetes. Todos os dias recebia fotografias de pessoas furiosas porque viam trotinetes a monte em cima dos passeios. Imaginassem o que era um cego encontrar aquilo, mas nem conseguia imaginar. Além de ser feio para quem via, era muito mais perigoso para quem não via. -----

----- Sabia que esse regulamento estava a ser feito e a questão era pedir satisfações sobre isso, porque era uma coisa muito urgente. -----



Handwritten signature and initials, possibly 'Lj' and 'Café'.

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que nem sabia como ganhou três eleições ali com tantos defeitos, com tanta ausência e distração face aos problemas da Freguesia, deviam ter sido oferecidas pelo Pai Natal ou pelo Menino Jesus, mas como não tinha religião também não sabia como aconteceu. -----

----- Convivia muito bem com a diferença, com a crítica, com o debate e não o incomodava nada, isso estimulava e era essa a essência da razão de ser ali. Não levava nada a mal que por vezes achasse que estavam a exagerar, porque fazia parte também das regras do jogo e acabava por ser útil. -----

----- Quando diziam para não os brindar com demagogia também dizia para não o brindarem com perguntas às quais não podia responder e isso era demagogia. -----

----- Dizia sempre que a Junta tinha competências e incumbências. As competências eram as que estavam na Lei e que podiam fazer e faziam, incumbências eram o assumir as dificuldades das pessoas, sendo certo que não viviam numa república em democracia direta. Se lhe dessem a incumbência para defender a pena de morte não a defendia, se lhe dessem a incumbência de correr dali com as pessoas de raça diferente da maioria não a defendia. -----

----- Também sabia que não se podia assumir tudo. Se fosse o paladino na defesa de todas as injustiças que aconteciam no território não ia conseguir ganhar nenhuma causa, porque não tinha de facto capacidade para isso. -----

----- Fazia sempre esse pré-aviso a toda a gente, eleger-se a habitação como prioridade dessem-lhe ou não os méritos a si e à Junta e achava que tinham muitos. Conseguiu-se mudar o panorama, influenciar políticas, parar ideias, mudar conceitos. Por isso era o inimigo público dos agentes do alojamento local, dos proprietários, dos promotores imobiliários, etc. Assumiu-se essa incumbência de lutar pela alteração e até contra posições ocupadas por membros do seu partido. Não tivera problemas nenhuns nisso. --

----- Claro que tinham incumbências e tinham objetivos, queriam acabar com o ruído à noite exagerado. Não tinham o poder todo, mas tinham algum e era uma prioridade que tinham. -----

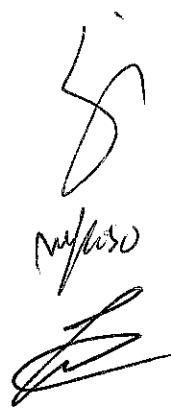
----- Ninguém tinha postado mais fotografias de trotinetes do que a Junta de Freguesia, desde sempre. Mesmo as bicicletas, que achavam muito importantes, tinham que ser disciplinadas, porque era impensável que andassem por cima dos passeios a atropelar pessoas. -----

----- Se o Senhor Presidente da Câmara estava a fazer um regulamento, como parecia ir no sentido certo, foi porque lhe tinha dado as ideias num almoço que tiveram os dois ao dizer-lhe para penalizar as empresas em primeiro lugar em vez de penalizar quem andava na trotinete. -----

----- Estavam disponíveis para assumir todas as causas, todas as batalhas que incomodassem as pessoas, fossem ou não da competência direta da Junta, mas para ter eficiência não podia agarrar tudo ao mesmo tempo, até porque eram uma equipa pequena e a Lei das Autarquias Locais tratava muito injustamente as pessoas que estavam eleitas para o poder local nas Freguesias. Achavam que as Freguesias só existiam para passar atestados de residência. -----

----- Tinha tomado boa nota das preocupações das pessoas. Estaria sempre disponível para continuar a falar sobre esses problemas, tentar resolver e pedir ajuda para ajudarem a resolver, dando sugestões e ideias plausíveis. Não podia prender um fulano que cometeu um assalto, ou que estava a vender louro, nem tinha força policial consigo. Não podia impedir um senhorio, tinha um gabinete jurídico para isso, mas tinham todos que respeitar a Lei. -----

----- Por exemplo recebia uma crítica de que as montras das lojas eram horrorosas. Seriam horrorosas mas não tinha poder para entrar numa loja e dizer para alterar a



Handwritten signature and initials, possibly 'M. J. S.' and 'L. S.', located on the right side of the page.

montra, não tinha esse poder. Estava-se a tentar fazer com a Associação de Comerciantes um protocolo para ver se lançavam um concurso de montras, a ver se estimulavam o bom gosto. -----

----- Explicava isso porque era bom as pessoas perceberem que não era assim tão óbvio que um Presidente da Junta fosse um xerife que aplicava a Lei e a justiça e ainda aplicava a pena, não era e não tinha essa competência. -----

----- Estavam disponíveis para trabalhar e para ajudar a resolver os problemas e as dificuldades das pessoas, a começar pelas pessoas de mais idade, como sempre foi. Se não estivesse atento a isso também não estaria nesse lugar, em que estava com muita convicção e muito gosto naquilo que fazia. Tinha a certeza que falhavam muitas vezes, mas havia sempre uma máxima que era preferível errar procurando fazer que errar por omissão. -----

----- Havia apenas um pormenor em relação ao Martim Moniz, quem morava lá queria sossego, não queria festas, festarolas, bailes, mas havia quem achasse que o Martim Moniz tinha que ser um "sempre em festa" e não podia ser. Por isso todos se consensualizaram na ideia de jardim ou parque de lazer para lá estar. -----

----- Estavam processos a decorrer, a Junta começou a assumir responsabilidades ali de higiene urbana que não tinha que assumir, porque aquilo estava uma pouca vergonha. Com isso também obrigaram a Câmara a ser mais eficiente. -----

----- Dado a gravidade dos impactos que as obras na Rua da Prata iriam ter, isso teria que ser uma grande preocupação e estava muito atento à chamada de atenção do Senhor Presidente da Assembleia, mas já estavam a trabalhar. Não ia ser fácil, até porque havia muitos interesses em jogo e eram todos legítimos, os comerciantes queriam vender até mais tarde, queriam horários mais largos, os residentes queriam tudo mais fechado e queriam descansar. Tinha que se encontrar sempre a ponderação disso tudo para o resultado ser aceitável para todos e a cidade ter vida. -----

----- Muitas vezes isso não era fácil e aqueles que criticavam tão ferozmente, quando chegavam ao poder mudavam de opinião porque afinal os problemas existiam mesmo. -----

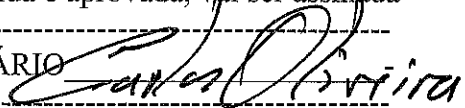
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, concluída que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte horas e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO



2º.SECRETÁRIO



O PRESIDENTE

